

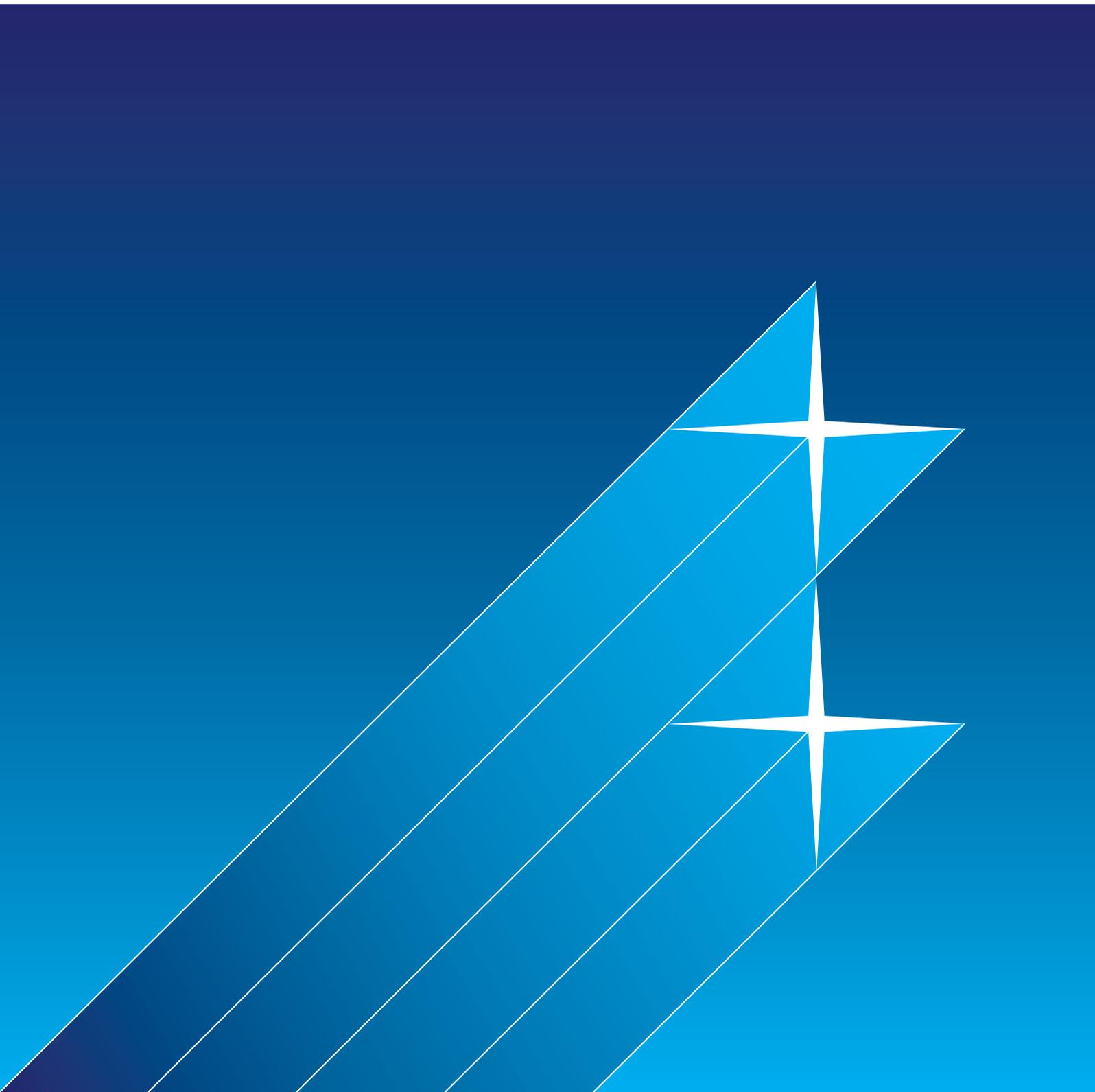
caderno de leituras n.102

**psicanálise,
feminismo e
pós-feminismo**

série *intempestiva*

**susana mabel
maldavsky burin**

Tradução de
**Marian Ávila de Lima e Dias
e Denilson Soares Cordeiro**



**nota dos
tradutores**

Este artigo foi originalmente publicado em espanhol, na versão digital do jornal argentino Página12, em 7 de março de 2019, na coluna “8M: debates, tensiones y problematizaciones”, como contribuição ao debate às vésperas do Dia internacional da mulher. Agradecemos a Susana Mabel Maldavsky Burin pela autorização para esta publicação, bem como pela disposição em examinar e fazer sugestões à tradução.

No contexto dos avanços propostos por diversos movimentos a respeito do que temos denominado as condições de vida das mulheres – que se manifestam, em particular, nas condições da sexualidade, da maternidade, do trabalho, da saúde, da legislação, entre outras, descritas como de subordinação, opressivas, discriminatórias – no âmbito de uma sociedade patriarcal, o feminismo tem ocupado um lugar preponderante.

Nas últimas décadas, têm se destacado a capacidade de análise e de debate sobre tais condições, gerando propostas alternativas e resoluções para que essas circunstâncias mudem. Nós, do campo da psicanálise, não ficamos alheias a esses debates. De fato, há algum tempo, tanto na Argentina como em outros países americanos e europeus, temos sentido o impacto das teorias e práticas feministas em nossos modos de teorizar e de praticar a clínica. Colocamos em discussão pressupostos clássicos da psicanálise sobre a sexualidade – feminina e masculina, do exercício da maternidade (e das paternidades), do trabalho das mulheres – e dos homens, que eram considerados provedores econômicos da família como atributo de sua posição como maridos e pais – tudo isso no âmbito de discussões, críticas e incertezas sobre a pertinência da inclusão desses conceitos no interior da psicanálise. Sofremos desqualificações de variada índole, sendo uma das mais frequentes aquela que assinalava que nossas propostas eram “extraterritoriais” em relação à psicanálise. Parecia então que o campo da psicanálise deveria se encerrar dentro de fronteiras rígidas e claras que delimitassem seu campo de pensamento e de ação, enquanto nós, que procurávamos articular os conhecimentos psicanalíticos com outras disciplinas provenientes das ciências sociais ou humanas, éramos consideradas “extra-analíticas”, “um pouco sociólogas ou mesmo politólogas”. Não faltaram pessoas e instituições psicanalíticas que, como guardas de fronteira, nos afastavam, levantando muros para que não contaminássemos seu campo de especialização.

Afortunadamente isso mudou nas últimas décadas, e as teorias de gênero – herdeiras daquelas teorias e práticas

feministas anteriores – não só se incorporaram ao campo acadêmico como também estão sendo cada vez mais bem-vindas nas instituições psicanalíticas e na formação de psicanalistas. Cada vez mais se erguem vozes, publicam-se livros e artigos, pesquisas são divulgadas, em que a articulação dos conhecimentos psicanalíticos com aqueles provenientes de outras disciplinas é considerada um modo singular de fertilização para a criação de novas hipóteses que expliquem o mal-estar daqueles que nos consultam. Antigos mal-entendidos a respeito dos significados e dos alcances das hipóteses feministas foram elucidados, dando lugar a contextos muito variados de produção de conhecimentos, nos quais “feminismo” já não é um palavrão, mas motivo de curiosidade e de ampliação dos modos de compreensão a respeito da construção da subjetividade feminina, masculina, e de todos aqueles que desejam situar-se em alguma posição de gênero.

Entretanto, assim como ocorreram avanços nas últimas décadas, também foram produzidas distorções e desvios em relação a certos conceitos feministas, que merecem uma leitura rigorosa de algumas ideias-chave, e que nos levariam a denunciar a construção de novas formas de androcentrismo reforçadoras de um patriarcado que nunca desapareceu e é difícil de se desvelar sob seus modernos disfarces. Nesse sentido, está o critério clássico do feminismo acerca da necessidade de empoderamento do gênero feminino, um gênero que sofreu durante séculos de patriarcado condições de desqualificação, de discriminação e de exclusão da vida pública, ainda que se tenha glorificado sua presença no interior das famílias, “no reino do amor”, como mães, esposas e donas de casa. O fundamento dessas condições esteve na divisão sexual do trabalho, segundo a qual os homens adquiriam bens materiais – dinheiro, poder, prestígio, autoridade, que garantiriam sua masculinidade – enquanto as mulheres produziam bens subjetivos – amorosidade, generosidade, intimidade nos vínculos familiares, em particular nos vínculos materno-filiais – que referendavam sua feminilidade. Segundo esse modelo de subjetivação, o gênero masculino se afirmava sob o ideal de autonomia e autossuficiência, enquanto o gênero feminino cultivava os traços que implicavam em variados modos de

dependência (emocional, econômica e outros). Nessas circunstâncias, um feminismo de matiz igualitarista propunha que o empoderamento das mulheres deveria se realizar assemelhando-se às condições masculinas de habitar o âmbito público, enquanto uma corrente feminista diferencialista assegurava que são as qualidades “essencialmente femininas” as que constituíam as reais fontes de poder das mulheres, por exemplo, sensualidade, generosidade amorosa, disposição para a intimidade e para os cuidados. O modelo igualitarista, assim proposto, implicava que a igualdade deveria se realizar seguindo o estereótipo masculino tradicional, com seus ideais e valores particulares, enquanto o modelo diferencialista desconhecia as relações de poder entre os gêneros, posto que a feminilidade clássica outorgava às mulheres influência, mas não poder. Segundo esses critérios, o gênero feminino adquiriria habilidade para incidir afetivamente nos modos de sentir e pensar dos outros, mas sem contar com recursos suficientes para decidir sobre o que os outros podem fazer – recursos esses que se encontram no âmbito público (por exemplo, econômicos, legais etc.).

Isso acarretou debates significativos em torno do critério de autonomia, um critério que, a partir de uma perspectiva androcêntrica, baseada num ideal de autossuficiência, formou parte dos modos de subjetivação masculinos, desconsiderando a experiência das mulheres, fundamentada mais na interdependência do que na autonomia. As tensões se produzem entre os critérios de dependência-interdependência-autonomia, e não apenas entre dependência-independência-autonomia. A problematização da categoria de análise “autonomia” encontra um de seus expoentes máximos quando utilizada para analisar a questão dos corpos das mulheres, da sua disponibilidade e dos contextos nos quais essa disponibilidade é produzida. Atualmente um dos cenários mais debatidos é o do trabalho relativo ao cuidado com as pessoas dependentes, em geral as crianças, os doentes e os velhos. O outro cenário que cobra vigência é o do comércio sexual, em referência àquelas mulheres que consideram que a disponibilidade do seu capital erótico deve ser utilizada como mercadoria para obter benefícios econômicos, seja através do casamento

1. Catherine Hakim.
*Capital erótico: el
poder de fascinar a
los demás*. Barcelona:
Debate, 2012.

ou da prostituição. Em ambos os casos, são tensionadas ao máximo as relações de poder entre os gêneros, dado que o recurso das mulheres de “oferecer o corpo” continuaria sendo seu principal dispositivo de poder.

Segundo a clássica divisão sexual do trabalho, o trabalho de cuidado realizado pelas mulheres fica naturalizado – seja quando se realiza de forma gratuita, devido às condições de disponibilidade amorosa pressupostas como traço estereotipado do gênero feminino, ou ainda que seja pago sob a forma de serviços prestados tipicamente por mulheres. As considerações atuais acerca do trabalho de cuidado reconhecem que não se trata somente de atender às necessidades das pessoas dependentes, mas de reconhecer a vulnerabilidade que nos constitui como sujeitos. O eufemismo de caracterizar esse trabalho das mulheres como “trabalho reprodutivo” oculta o verdadeiro sentido do fato de que é atribuída a elas a responsabilidade de amar e de cuidar, para o benefício daqueles que gozam de privilégios que os excluem dessa forma de trabalho.

Por outro lado, encontramos um achatamento dos vínculos intersubjetivos para realizar autonomia mediante a independência econômica – segundo o modelo clássico masculino –, por exemplo, na utilização do capital erótico das mulheres segundo algumas autoras que se denominam feministas. Um dos aspectos sobre os quais há um amplo debate atualmente se refere à utilização dos corpos femininos como recurso de capital erótico, como se fosse mais um bem de consumo, que deve ser explorado para aumentar os recursos de independência econômica das mulheres. Trata-se de um bem de consumo posto a serviço da obtenção de recursos materiais econômicos, como se fosse apenas mais um produto a se consumir. Em relação aos corpos das mulheres tratados como capital erótico, uma socióloga britânica¹ realiza alguns deslocamentos conceituais segundo os quais os corpos femininos são equiparados a bens tanto para o exercício da prostituição, quanto para o assim chamado “mercado matrimonial”. Em ambos os casos, a proposta é investir nos corpos mediante cirurgias, maquiagens, roupas e outros recursos para o embelezamento dos corpos, de modo que possam

ser rentáveis mediante o exercício da prostituição ou, segundo a autora, para conseguir um marido endinheirado no mercado matrimonial, que esteja disposto a pagar para obter os benefícios do desfrute erótico desses corpos femininos. Como podemos observar, produz-se desse modo uma equiparação lógico-simbólica segundo a qual o traço dominante é a mercantilização dos corpos das mulheres. Entretanto, nossa formação como psicanalistas, e nossa prática clínica, nos ensinam que os corpos não são uma mercadoria a mais, já que sua erogeneidade é parte originária da subjetivação de todos os sujeitos. Nossos corpos são constituídos como erógenos desde o nascimento e, à medida que vamos nos constituindo enquanto sujeitos, inscrevemos em nossos corpos nossa experiência intersubjetiva, social, cultural, e nossos contatos com o mundo em termos de fantasias e de realidades, que nos levam a perceber nossos corpos com erogeneidades diversas. Trata-se de modos de erotização que não poderiam reduzir nossos corpos a meros instrumentos de troca comercial sem que isso deixe profundas marcas em nossa subjetividade. A constituição e o desenvolvimento das zonas erógenas é um dos fatores determinantes da subjetividade humana, de modo que, na utilização do corpo como mercadoria, participam requisitos tais como certos traços de beleza, de sensualidade, de *sex appeal*, para sustentar o olhar desejante masculino. O sucesso desses atributos deveria ser incorporado ao trabalho clínico que, como psicanalistas, fazemos com as mulheres, a partir de uma perspectiva que inclua o critério da subordinação de gênero ao olhar androcêntrico. Ao contrário, se sustentamos a hipótese de naturalidade acerca dos requisitos de beleza e de corpos como capital erótico do gênero feminino – e se, dessa hipótese patriarcal, tanto mulheres quanto homens podemos ser portadoras –, estaríamos apoiando, a partir de nosso trabalho como psicanalistas, um patriarcado que seria contraditório em relação às propostas teóricas que o criticam e que aspiram a derrotá-lo. Como encarar a tensão que se produz em nossos consultórios quando problematizamos a naturalização implicada em nós mulheres dispormos de nossos corpos a serviço de outros, seja sob a premissa de que o fazemos “por amor” – como quando se apela ao critério do amor romântico –, seja por dinheiro, apelando para a chamada “autonomia” das

mulheres com seus corpos? Entendo que isso é parte de nossos debates como psicanalistas, e ainda que possamos atender clinicamente com uma cegueira de gênero que nos distraia deste tipo de problemática e que resulte na condescendência com as exigências patriarcais, não seríamos coerentes com aquela revolução silenciosa que empreendemos com esperanças há várias décadas, e que agora temos a oportunidade histórica de fortalecer tanto nas ruas como nos consultórios psicanalíticos.

Cabe nos perguntarmos se, com a atual consciência pública sobre a necessidade de denunciar e condenar os abusos e as violações sobre os corpos das mulheres, não deveríamos também nos interrogarmos sobre o modo pelo qual essas condutas foram incorporadas pelas próprias mulheres, já que elas mesmas consideram seus corpos como objetos passíveis de reciclagem e de se atribuir preço? Seria preciso fazer essa reflexão no interior de nosso trabalho como psicanalistas. Não se trata somente de uma questão acerca dos vínculos de intimidade, nem apenas do patriarcado, mas também de uma associação entre o patriarcado e as formas do capitalismo que atribuem preço (caro/barato) a tudo o que considera capital passível de compra e venda. O resultado são novas formas de violência contra as mulheres, internalizadas pelas próprias mulheres como algo “natural”, como desejos próprios. São tensionados ao máximo os valores que correspondem aos vínculos intersubjetivos de confiança no próximo: a reciprocidade, a solidariedade, e aqueles valores do consumo no qual se afirmam.

A análise da constituição dos desejos das mulheres, na perspectiva do gênero, nos permitiu compreender melhor os debates atuais sobre o aborto na Argentina. A incorporação das relações de poder ao debate, estendidas à análise dos critérios pós-feministas sobre o capital erótico das mulheres, pode nos conduzir a novos critérios sobre a constituição dos desejos das mulheres a partir do prisma de gênero. Poderíamos ampliar, assim, a compreensão do modo pelo qual constituímos nossos desejos no contexto das normas patriarcais, na glorificação do “êxito” individual, realizando um investimento libidinal na relação custo-benefício do que se considera um

2. Judith Butler.
Deshacer el género.
Barcelona: Ed.
Paidós, 2006.

capital e a acumulação de bens, transformando os bens subjetivos em objetivos. Sacrificam-se assim, por essas novas elucubrações pós-feministas, aqueles bens subjetivos, tais como a constituição de nossos corpos erógenos, reciclando-os sob a forma de instrumentos a serviço de uma modalidade patriarcal denominada “capital erótico”. Desse modo, consolida-se uma aliança entre o patriarcado tradicional e um exercício neoliberal de distribuição nas relações de poder: o controle dos corpos das mulheres – agora internalizado na própria subjetividade de um amplo grupo dentro do coletivo de mulheres – como recurso estratégico para manter uma ilusória igualdade nas relações de poder entre os gêneros.

Nesse novo debate feminismo-pós-feminismo, nega-se a vulnerabilidade e a dependência mútua entre os sujeitos, pela ficção de autonomia e de autossuficiência de fachada do indivíduo liberal da modernidade, e a reciclagem dele sob a forma neoliberal do pós-modernismo atual do *self-made man*. Trata-se de uma política de constituição de subjetividades que pretende identificar toda experiência de vida com o ideal do homem médio urbano, enriquecido graças à exploração e expropriação dos bens materiais e subjetivos de outros sujeitos, em termos de superioridade de gênero, de classe, de raça e de todos aqueles aspectos que nos diferenciam, mas nos quais a chave de interpretação das diferenças se realiza em termos de relações de hierarquia e de poder. O debate crítico se refere à noção liberal de autonomia, que não permite reconhecer a vulnerabilidade e a necessidade de interdependência humana, tal como proposto por Judith Butler.²

É necessário, portanto, constituir modelos de subjetividade que enfatizem a vulnerabilidade e a mútua dependência entre os seres humanos, modelos que tenham a solidariedade como principal estratégia para o desenvolvimento de uma sociedade baseada em vínculos justos e livres, para todos os gêneros. Enquanto isso, só poderemos sustentar o pós-feminismo a partir do dia em que nossa sociedade for pós-patriarcal.

Caderno de Leituras n.102
série *intempestiva*

Psicanálise, feminismo
e pós-feminismo

Susana Mabel
Maldavsky Burin

Coordenação editorial
Maria Carolina Fenati

Coordenação de arte
Luísa Rabello

Tradução
Marian Ávila de Lima e Dias
e Denilson Soares Cordeiro

Projeto gráfico
Mateus Acioli

Composto em Maax,
desenhada por Damien
Gautier para 205TF Foundry.

Edições Chão da Feira
Belo Horizonte, abril de 2020

Esta e outras publicações
da editora estão disponíveis
em www.chaodafeira.com

Este projeto foi realizado com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte.
Fundação Municipal de Cultura. Projeto 0699/2017

Patrocínio

Incentivo

unibh 

LMIC
LEI MUNICIPAL DE
INCENTIVO À CULTURA

CULTURA



PREFEITURA
BELO HORIZONTE
GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA